

**A gestão participativa como ferramenta para a consolidação de uma cidade criativa:
uma alternativa para o município de Lençóis – Bahia – Brasil**

Ana Maria Seixas Pamponet Pavia¹

Pós doutoranda - (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra)

RESUMO

O presente artigo faz parte da tese de doutoramento em Direitos Humanos e Desenvolvimento e tem como objetivo compreender a gestão participativa como ferramenta para consolidação de cidades criativas. Para isso, baseou-se nos estudos sobre Cidades Criativas, e na pesquisa de campo sobre participação popular na gestão da cidade de Lençóis-Bahia-Brasil, buscando entender os aspectos importantes para modernização da gestão, tornando-a mais técnica e promotora de novas ações e valores que permeiem o meio urbano. Nesse sentido, compreender conceitos como vitalidade, competitividade e criatividade tornou-se imprescindível para analisar a gestão e verificar a necessária inovação das políticas públicas que levem a participação da comunidade, demonstrando amplitude na visão da gestão. Desenvolver uma governança criativa compreendendo seu percurso histórico e importância para consolidação de cidades criativas mais justas através das decisões compartilhadas, sustentáveis e humanas tornou-se o foco desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade Criativa; Gestão Pública; Inovação; Gestão Participativa

ABSTRACT

The following article is part of the doctoral thesis in Human Rights and Development, emerged from the need to comprehend the participatory management as an application to the consolidation of creative cities. It is based on studies about Creative Cities, and in the fieldwork about popular participation in the management of the city Lençóis-Bahia-Brazil, which the objective was to realize important aspects about the management's modernization, becoming technical and promoter of new actions and values in the urban area. In this way, it becomes really necessary to comprehend concepts like vitality, competitiveness and reativity, to analyze the management and examine the vital innovation of the public politics which take the participation of the community, demonstrating amplitude in the management's view. Developing creative governance comprehending its historic trajectory and importance to consolidation of fairer creative cities through shared, sustainable and human decisions became the focus on this article.

KEY-WORD: Creative City; Public Management; Innovation; Participatory Management

¹ Pós-Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Coimbra. Doutora em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidade Pablo de Olavide. Mestrado em Gestão Integrada das Organizações –pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Administração de Empresas pela Universidade do Federal da Bahia. Pedagoga pela Universidade Federal da Bahia.

1.Introdução

Este artigo é parte da tese de doutoramento em Direitos Humanos e Desenvolvimento e tem como objetivo demonstrar que a gestão pública da cidade de Lençóis-Bahia-Brasil necessita promover modificações no modelo de gestão para se tornar uma cidade criativa, tendo por base a gestão participativa como ferramenta.

A cidade de Lençóis tem uma população de 10.368 habitantes (IBGE.2010) e foi tombada pelo IPHAN(Instituto do Patrimônio Artístico Nacional) como patrimônio nacional, pelo seu conjunto arquitetônico e histórico, tendo sua economia baseada no turismo e em agricultura de subsistência. No entanto, a gestão da cidade conta com um modelo coronelista² e autoritário, em que o revezamento do poder aconteceu entre duas famílias tradicionais da cidade até o ano de 2008, quando outro partido assume a gestão, mas conserva o modelo de exclusão e obediência política.

A cidade está localizada no semi-árido da Bahia e conta com fortes atrativos naturais e culturais, elementos favoráveis à consolidação de uma cidade. O problema é que Lençóis não conta com uma gestão pública que promova a participação popular e a gestão da cidade não é realizada de forma técnica e inovadora, impedindo a consolidação de ações que possam ser discutidas e avaliadas pela população para definição do futuro e da sustentabilidade da cidade e, conseqüentemente, para que haja a implantação de um modelo que promova uma cidade criativa.

Neste artigo utilizaremos o conceito de cidade utilizado por Landry (2011), como: “território social com uma cultura aberta a risco e a cooperação estratégica dos agentes econômicos, sociais e culturais na qual a comunicação de novas ideias facilita o desenvolvimento e a transformação de novos produtos e serviços”

Como um dos princípios da Cidade Criativa é a participação popular e a inovação na gestão, o presente artigo teve os seus dados levantados através de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que procurou, por meio de questionários destinados à população de Lençóis (dividida em associações, representantes de empresas públicas, pousadas e profissionais liberais / pequenos empresários) investigar em que medida a cidade contava com a gestão participativa.

2. Cidades Criativas- Evolução histórica para um novo olhar sobre a cidade.

A criatividade tem conquistado largos espaços nas últimas décadas quando tratamos de economia, cultura, desenvolvimento e sustentabilidade. Alguns conceitos foram alterados e não enxerga-se mais a cultura como despesa e sim investimento com retorno garantido. Essa discussão tem estado presente nos discursos acadêmicos e na esfera pública dos governos locais, demonstrando que o assunto vem ganhando força como alternativa econômica, política e de desenvolvimento social.

² CORONELISMO -É um brasileirismo usado para definir a complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos. Liderança local - o *Coronel* - que define as escolhas dos eleitores em candidatos por ele indicados pt.wikipedia.org/wik

Assim, as atividades criativas e culturais apresenta-se como alternativa na promoção econômica, na competitividade e no desenvolvimento territorial, sendo buscada também nas práticas públicas.

Historicamente, o interesse e os estudos sobre as cidades criativas emergem no início da década de 1990, sendo concretizada pela comunidade artística que buscava demonstrar o valor econômico promovido pelos artistas. O movimento se fortalece nos EUA, Reino Unido e Austrália, tendo se disseminado pela Europa para além dos anos 90. A partir daí, surgem estudos sobre os impactos econômicos, cujo documento ressaltava a importância da criatividade para as cidades e para a economia. Em paralelo, a UNESCO, em 1970, começa a pesquisar as indústrias culturais em geral.

Vários fatores marcaram a evolução do estudo e das práticas em torno do tema em questão e percorreram os anos de 1980, 1990 e 2000 contando com a publicação do livro de Ken Robson, intitulado *Todos os nossos futuros: criatividade, cultura e educação* que trata, também do modelo do sistema educacional, responsável em grande medida pela criatividade. Ainda por meio de exemplos de todo o mundo, Ken Robson descreveu a evolução de um novo mundo urbano, voltado para o fazer criativo em outra obra intitulada *A arte de construir uma cidade*, lançada em 2006.

“Cada um desses fatos e livros realizados durante as décadas citadas abordou um foco diferente e impactou os estudos sobre as cidades, seu progresso e funcionamento. Desde então, o interesse cresceu na Europa, nas Américas, Ásia e na Austrália”.(Landry, 2011).

Nessa sequência histórica, a discussão sobre cidades criativas passa da discussão acadêmica e fortalece-se como instrumento de gestão pública, fazendo parte das agendas do Estado, demonstrando a força como alternativa econômica, sócio-política, cultural e de sustentabilidade local e global.

Inicialmente o conceito de cidade criativa, era:

o de um lugar onde os artistas desempenhavam um papel central e onde a imaginação definia os traços e o espírito da cidade. Ao longo do tempo, as indústrias criativas, do design à música, das artes do espetáculo às visuais, ocupam o centro dos debates, por seu papel como eixo econômico, criador de identidade urbana ou fator de geração de turismo e imagem. Em seguida, a presença de uma grande “classe criativa”, que inclui as acima citadas, assim como a comunidade de pesquisa e os nômades do conhecimento, foi vista como indicador básico de cidade criativa. (LANDRY, 2011,p 10)

Assim, (Landry, 2006) considera que só haverá o florescimento da criatividade quando a administração pública se tornar imaginativa, buscando as inovações sociais e quando a criatividade perpassar por todas as áreas, como a educação, saúde, a política e a governança.

Paralelamente a essas discussões no âmbito público sobre criatividade, houveram debates nas empresas com relação à necessidade de inovação. Percebeu-se, então, não só a importância de desenvolver setores econômicos criativos e novos equipamentos icônicos³ que podem ajudar a cidade a promover orgulho cívico, como também a necessidade de reutilizar edifícios e áreas antigas para atividades econômicas, tornando-as áreas mais vivas, transformando o olhar dos cidadãos sobre as cidades, criando espaços de socialização e de convívio, estimulando um ambiente social mais criativo. Isso implica que as políticas públicas

³ Icônico - Que representa, que reproduz, que foi copiado,1. Relativo a ícone.2. Relativo a imagem ou imagens.3. Que é conforme ao modelo.4. Que representa com exatidão. <http://www.dicionarioinformal.com.br>

estejam voltadas para construção de um ambiente urbano mais criativo e mais aberto às mudanças.

Na educação houveram grandes reflexões sobre a forma e o funcionamento do velho modo de agir e, segundo (Landry, 2011), a educação não parecia preparar os estudantes para as necessidades da dinâmica do novo mundo, no que se refere à organização, gestão e liderança, refletindo-se também na gestão pública. Muito pelo contrário, a educação, com seu ethos de controle e foco hierárquico, não favorecia a flexibilidade, adaptabilidade e resiliência para lidar com um ambiente competitivo emergente.

Com todas as transformações do mercado, os profissionais passaram a precisar cada vez mais do uso da inteligência, adaptabilidade e rapidez, que possibilitavam a transferência de novas tecnologias entre contextos diversos, incentivando a motivação, o talento e o uso das habilidades. Por consequência, estes mesmos profissionais já não se adaptavam mais às organizações com modelos hierárquicos verticais e fechados.

As estruturas tradicionais que, vale ressaltar, perpassam pela gestão pública da cidade, viram-se obrigadas a incrementar novos modelos de gestão e governança, cujo objetivo era liberar a criatividade e gerar mais realizações. Assim, não só o ambiente profissional, como também o comunitário passam a incentivar o compartilhamento e a colaboração entre as pessoas que, nesse modelo, obtêm vantagens mútuas.

Neste contexto, fica claro que o ambiente urbano em geral necessita estimular as pessoas a participarem, comunicarem e compartilharem as decisões, já que uma cidade criativa estimula a inserção de uma nova cultura criativa e de um novo modo de como as pessoas irão participar da cidade, legitimando o uso dos direitos na esfera pública, privada e da sociedade civil.

Essa trajetória de desenvolvimento dos conceitos, ações e mudanças, que afetam diretamente a esfera econômica da cidade em que se inserem, promove, ainda, um novo enfoque na economia criativa que, segundo Barreto (2011, p. 16), “é um dos setores mais dinâmicos e com maior potencial para geração de emprego e renda do século XXI. Dados de 2008 já mostraram que, no Brasil, o setor era responsável por 8% do PIB e em 2009 por 4.5% da mão-de-obra formalizada no país”.

Percebe-se, portanto, que as mudanças que visam o emprego de uma economia e sociedade criativas, embora tenham sido poucas, já despontam como um percentual da economia brasileira. Diante disso, evidencia-se cada vez mais que a gestão pública e o modelo de governança adotados pelas cidades até o momento necessitam de mudanças estruturais urgentes para que possibilitem ainda mais novas fronteiras de desenvolvimento das cidades na sua forma de urbanização e convívio social.

Para isso, a gestão pública necessita de inovação e modernização, transformando o modelo adotado anteriormente por um mais técnico, que preencha os requisitos para estruturação de uma cidade criativa.

3. As Cidades Criativas: inovação na gestão e participação popular

Segundo Seixas e Costa (2011), existem três conceitos para tornar as cidades criativas: a vitalidade, a competitividade e a criatividade, em que a vitalidade de um território urbano é um conceito que nos coloca as dimensões da dinâmica, da energia e do movimento:

A existência em determinado contexto/escala urbana, de níveis elevados e diversas atividades (exigindo residência, habitabilidade, trabalho, cruzamento, relação), bem como de elementos que as viabilizem e sustentem tais como normas e valores de cidadania, regras de regulação), mostram-se centrais na promoção da vitalidade econômica (investimento e emprego), vitalidade social (vivências, espaços e fluxos públicos) e vitalidade cultural (

representações, identidades). Em paralelo, essa vitalidade, nas suas múltiplas dimensões, requer igualmente uma forte capacidade (ou disponibilidade) transacional entre diversos atores urbanos, expressa em trocas de âmbito econômico (consumo, transação de propriedades), social (relações, compromisso e participação) e cultural (redes, trocas de informações e idéias). (SEIXAS & COSTA, 2008, p.73).

No estudo apresentado por Seixas e Costa (2008), aponta-se uma forte ligação entre os conceitos de vitalidade urbana e criatividade, já que na pesquisa de campo realizada pelo autor, aponta-se que a vitalidade está vinculada ao número de eventos promovidos pela cidade. Nota-se, ainda, que os eventos menores, são, muitas vezes, considerados mais potenciadores de dinâmicas criativas do que os de grande porte. Salienta, ainda, a importância dos bairros culturais e da recuperação de áreas degradadas, bem como zonas suburbanas, portuárias ou industriais.

Já o segundo conceito de Seixas (2008), sobre Competitividade Urbana, não deve ser entendido meramente como conjunto de meras vantagens competitivas, mas

A competitividade territorial é a capacidade de um espaço oferecer qualidade de vida e bem-estar aos seus “ cidadãos”, permitindo-lhes assim sustentar, justamente, atividades e dinâmicas de desenvolvimento diferenciados face aos outros territórios (fixando residentes, criando empregos, rendimentos, amenidades e qualidade de vida e, em simultâneo, assegurando a sustentabilidade dos recursos e ainda garantindo vínculos socioculturais tais como a participação cívica e a identidade cultural). (SEIXAS & COSTA, 2008, p.74).

Esse conceito de competitividade, segundo (Seixas, 2008), não foi considerado uma mais valia para as cidades, mas percebe-se que com a promoção da criatividade na cidade, promove a sua sustentabilidade e sua competitividade, demonstrando, assim, que o movimento causado pelas atividades promove desenvolvimento das oportunidades de trabalho e renda e o acesso a bens e serviços que melhorarão a qualidade de vida da cidade.

Além disso, a competitividade também cria um diferencial em relação a outras cidades com menos atrativos, favorecendo a ampliação da diversidade cultural e artística o que, conseqüentemente, implica na melhoria do aparelhamento do governo quanto às estruturas oferecidas, como espaços de socialização, melhorias nos sistemas de saúde e educação, já que necessita cada vez mais contar com uma população melhor atendida e escolarizada.

O terceiro conceito necessário para a consolidação de uma sociedade criativa, considerado Costa e Pedro (2007), é a Criatividade Urbana adquire uma dimensão pessoal e coletiva, sendo o resultado de atividades e projetos coletivos que acontecem na cidade, ou seja, compreende o somatório de tudo, e não apenas a grandes intervenções ou grandes empreendimentos. Para outros, a criatividade está intrinsecamente relacionada com outras pessoas (e não tanto com as cidades) e implica a participação pública nos processos sociais. (COSTA & SEIXAS, 2007, p.75)

E continua explicando que a Criatividade Urbana :

está associada a uma dimensão “cultural” e identitária da população local, eventualmente ligada às necessidades permanentes de combate às dificuldades da vida cotidiana. Nessa perspectiva assume-se que a criatividade se expressa precisamente pelo conjunto das duas: uma dimensão pessoal e outra coletiva (sobre isso uma cidade melhorada atrai indivíduos e criatividade). (COSTA & SEIXAS, 2007, p. 75)

Percebe-se nessa colocação que a criatividade é algo imaterial, flexível e leve e está associada a comportamentos ou a ação, se expressando através da inovação nas empresas, organizações, na tecnologia e na área acadêmica e científica, bem como na educação.

Por isso, a multidimensionalidade refletida no urbano exige uma análise transversal na sociedade e na economia atual, refletindo em novas formas de atuação, intervenção, consumo e organização, levando à cidade a necessidade de envolvimento da população num esforço coletivo na melhoria da qualidade de vida através de diversas expressões da criatividade.

“Neste contexto, torna-se fundamental a criação de uma política voltada para o exercício livre da cidadania e para áreas culturalmente dinâmicas, proporcionando uma qualidade de vida democrática combinada com segurança, mesmo em ambientes socialmente complexos” (REIS, 2011). Cabe, ainda, a inovação na gestão e o fortalecimento da participação popular como fatores decisivos para o sucesso da implementação de novas idéias para formação de novos contextos.

Entretanto, conta-se continuamente com a descontinuidade dos processos políticos e com a falta de envolvimento da sociedade civil que, apesar disso, se torna cada vez mais exigente, sendo que o seu envolvimento daria sentido às propostas e iniciativas. Na contrapartida, acontece ainda a falta de estratégias e de ações políticas sustentáveis, que terminam por permitir que a sociedade assuma os processos de mudanças de forma despreparada. Por isso, é preciso garantir que a comunidade esteja inserida e participe com consciência de seus mecanismos de atuação das decisões advindas dos programas e projetos apresentados como alternativa para implementação das cidades criativas. Caso contrário, o futuro almejado pela comunidade pode se tornar um projeto distorcido e distante da construção de cidades criativas, sem atender aos anseios sociais.

Experiências bem sucedidas de desenvolvimento de base local (endógeno⁴) surgem de um ambiente político e social favorável ao processo de mobilização e, principalmente, da união dos agentes sociais do município ou comunidade em torno das prioridades básicas de desenvolvimento, requisito imprescindível para implementação das cidades criativas.

Segundo Buarque (2002), experiências de sucesso sucedem quando se apresentam como resultado de uma vontade conjunta e dominante da sociedade que sustenta e quando contam com viabilidade política, iniciativa e consequente transformação da realidade.

Além disso, as comunidades devem utilizar suas características específicas, suas vantagens e suas qualidades superiores e se especializarem nos campos que tenham uma vantagem comparativa com relação a outras regiões, já que a competitividade, como visto acima, é vetor resultante do desenvolvimento da criatividade nas cidades e nas pessoas, desenvolvimento das políticas e, conseqüentemente, da economia e do desenvolvimento social. (BUARQUE, 2002)

É necessário, ainda, segundo Amaral Filho (1999), criar um ambiente de inovação (*milieu innovateur*). Para Boisier (1992), o ambiente inovador surge de um processo chamado local aprendiz, entendido como um espaço social de criação, ampliação de conhecimento e aprendizagem contínua, inventando, testando e adaptando alternativas e caminhos que permitam o desenvolvimento.

A vantagem refere-se à possibilidade de entender a inovação como um processo contínuo de melhoria, que poderia dar à administração pública o impulso necessário para romper a inércia burocrática. Ademais, é importante entender que o objeto da inovação na administração pública é a satisfação das necessidades dos cidadãos e não a obtenção da competitividade, não significando portanto que o setor público não possa inovar, já que interage com os clientes.

⁴ Endógeno- Que se forma no interior.

Diante dessas definições de inovação na gestão e de participação popular, percebe-se que os três conceitos básicos (vitalidade, criatividade e competitividade) para tornar as cidades criativas, dependem de forma direta da inovação na gestão e da participação popular para que juntas construam um patamar de discussão e amadurecimento da governança com as decisões tomadas pela comunidade sobre o futuro que almeja.

4. Lençóis e sua realidade.

Lençóis é uma cidade histórica, fundada no século XIX e tombada pelo Patrimônio – IPAC, que atua como órgão controlador, não permitindo a descaracterização da cidade, que ainda mantém o seu estilo colonial, com inúmeros sobrados antigos, entre os quais se destacam os de importância histórica como: a casa e o museu Afrânio Peixoto, “o subconsulado francês”, o quartel Horácio de Mattos, a Biblioteca Urbano Duarte (membro fundador da Academia Brasileira de Letras), o Mercado Municipal, além da Ponte dos Arcos Romanos.

O turismo é estimulado tanto pela sua importância cultural, como pelo grande potencial paisagístico natural da Chapada Diamantina, com rios e praias, como Paraguaçu, quedas de água, grutas de areias abundantes e exóticas, com grande variedade de orquídeas, proporcionando um agradável clima de altitude.

No que se refere aos aspectos sócio-econômicos, o município de Lençóis nasceu como um núcleo de mineração, quando toda a sua produção era reunida e exportada para a Europa, entre os 1845 e 1871, e teve também na lapidação outra importante atividade econômica. Por volta do ano de 1880, começou a ser desenvolvida a cultura do café. Atualmente, o turismo oferece oportunidade de crescimento ao município, já que a pequena agricultura presente no município não tem muito peso na arrecadação financeira. A demografia do município caracteriza-se por um “movimento pendular contínuo”, comum a cidades que sofrem mudanças rápidas em seus referenciais econômicos básicos, já que o município surgiu e se desenvolveu de forma atropelada, esmaecendo elementos de suas raízes.

Apesar do incremento do turismo e atividades correlatas que fazem brotar estabelecimentos comerciais e oficinas, a cidade continua com características de uso predominantemente residencial. As oficinas e lojinhas de artesanato proliferam ao lado das pousadas e hospedarias informais. Este movimento ganha mais força a partir dos anos 70 e dão uma resposta às unidades de serviços e de comércio que se tornaram pouco expressivas após a década da mineração e, durante um longo período, concentram-se em torno das praças Aureliano Sá (antiga praça das Nagôs) e Horácio de Mattos. A prefeitura controla o uso e ocupação do solo, além de exigir alvarás, “habite-se” e fiscalizar os recuos e alinhamentos para a construção, de acordo com o código de obras existentes.

Atualmente, a cidade conta com a chamada Indústria Artesanal que fornece o tipo de mercadoria que se espera de um sítio turístico. Chama-se Indústria Artesanal porque, apesar da produção em série que caracteriza a indústria, a base artesanal de fabricação permanece. São vinhos, licores, vinhos licorosos, doces, geléias, sequilhos, biscoitos, garrafas de areia de cores e outras utilizações destas areias, mesas e bancos de pedras, objetos utilitários ou decorativos de madeira, relógios de pedra, tela para camisa, condimentos e conservas, tais como: pimenta, mel, açafraão, urucum, couve e palma cortados e prontos para o cozimento. No entanto, já se desponta pequenas indústrias com características mais elaboradas, geralmente

concernentes à materiais de construção, buscando acompanhar o crescimento do município que, cada vez mais, conta com a construção de casas, piscinas, pousadas, etc.

Já o setor terciário é diferente, pois tem sofrido uma ligeira recomposição dada a proliferação de lojinha de artesanato, do comércio ambulante e das feiras de artesanato nos fins de semana prolongados.

Lençóis já apresenta um perfil de cidade diferenciada na Chapada de Diamantina, contando anualmente com um festival de inverno, festas religiosas e, atrativos arquitetônicos e naturais, além de museus de pequeno porte que contam a história da cidade, bem como um mercado central secular. Consolidar políticas locais para formação de uma cultura criativa, não estaria tão longe da realidade concebida em Lençóis, porém a participação popular está comprometida pelos interesses políticos locais.

5. Técnicas de Pesquisa, Análise e Discussão dos Dados

A técnica utilizada foi a pesquisa de campo, realizada em junho de 2005, que buscou a coleta de dados quantitativos e qualitativos, no modelo de investigação-ação. Também contou como dados secundários, como o jornal *O Avante*, dados divulgados pelo IBGE e os diagnósticos desenvolvidos pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) no P.N.M.T. (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) e no livro *Lençóis: um estudo diagnóstico* (SENNA, 1996).

A escolha dos segmentos deu-se em função da pesquisadora ter desenvolvido trabalhos na comunidade, onde os atores sociais envolvidos são os mesmos da pesquisa, assim buscou-se confirmar fatos e dados anteriormente percebidos em trabalhos de observação com a comunidade.

Com o objetivo de analisar o conhecimento sobre gestão participativa e a inserção da comunidade na gestão pública de Lençóis, nas suas diversas classes sociais e esferas de poder (econômico, político e social) foram aplicados 72 (setenta e dois) questionários, em quatro segmentos da comunidade, como associações, representantes de empresas públicas, pousadas e profissionais liberais / pequenos empresários.

Procurou-se, ainda, a identificação das dificuldades de implantação de um modelo de gestão participativa que garanta o desenvolvimento social, bem como, compreender o conhecimento da comunidade, no seu direito e sua intenção de consolidar uma participação mais responsável, democrática, fugindo do modelo tradicional.

Os itens abordados foram classificados em: 1.Discorda / 2.Discorda parcialmente/ 3.Não sabe responder/ 4.Concorda/ 5.Concorda parcialmente / 6.Não respondeu. Vale ressaltar que na época em que a pesquisa foi realizada para a tese de doutoramento, 11 questões foram abordadas. No entanto, devido às limitações de um artigo, foram selecionadas apenas as questões mais relevantes no que concerne à gestão participativa sendo foco desse trabalho.

As perguntas do questionário, consolidaram respostas as questões da inserção na sociedade, na participação das decisões, no conhecimento da legislação que dá direito a participação popular, buscando analisar a realidade existente na cidade.

Assim, quando perguntados se sentiam-se membros ativos da comunidade, a maior parte dos entrevistados, 73,6%, sentiam-se membro ativo da comunidade. Se forem analisados os dados por segmento, 100% dos funcionários públicos e associados concordam com a afirmação, acompanhados dos pousadeiros (62,5%) e profissionais liberais (58,3%).

Através de depoimentos, alguns declararam que sentem-se membros ativos da comunidade porque parte da população está inserida em alguma comissão, conselho ou outro modelo de agrupamento, mas trabalham de forma desarticulada, inter-grupos e intra-grupos. Mas, apesar de sentirem-se ativos, concluem que os conselhos, comissões e

associações, em geral, não se caracterizam como forças reivindicatórias e sim como forma de aglomeração de pessoas com um objetivo comum, existindo uma fragilidade enquanto grupo, colocando as decisões em torno de uma pessoa e, naturalmente, transferindo para ela toda a responsabilidade pelos resultados, perpetuando, assim, o mesmo modelo de gestão a que estão subordinados.

Quando perguntados se o modelo atual de gestão pública é visto como propulsor de desenvolvimento, somente 30,2% dos entrevistados concordam com essa declaração, porém se somados os dados restantes, teremos um percentual 62,3% de discordância, sendo uma amostra significativa que nos leva a perceber que este modelo adotado não é propulsor de alternativas de desenvolvimento em Lençóis.

Ainda, se analisados os pequenos empresários entre a discordância total, a concordância e discordância parcial, nota-se que perfazem um total de 66,7%, significando que esse segmento também não foi atingido de forma positiva nesta proposta de desenvolvimento.

Na terceira questão o foco foi na gestão partilhada como mecanismo de garantia de desenvolvimento social e prosperidade local, observando-se que 84,9% dos entrevistados concordam que a gestão partilhada é o mecanismo que garante o desenvolvimento social e a prosperidade do local. No entanto, apesar de reconhecerem a importância da gestão partilhada, um dos motivos apontados para a não realização da gestão foi o desconhecimento por parte da população sobre decisões, programas e projetos que são aprovados sem que a população tenha conhecimento declarando que a gestão pública é muito fechada.

Quanto a gestão pública ser participativa, 26,4% concordam e 28,3% dos entrevistados concordaram parcialmente. Os profissionais liberais e micro empresários discordam em 58,3%, significando que não estão inseridos na participação da gestão e as associações demonstram que há um grau maior de participação, mas ainda existindo uma distância significativa até o nível desejado.

Por outro lado, 7,5% dos entrevistados consideram que a gestão do poder local não corresponde aos anseios das comunidades. Pode-se perceber que não há nenhuma concordância por parte das associações, empresas públicas, micro e pequenas empresas e profissionais liberais. Apenas o segmento de pousadas concordou totalmente com a afirmativa em 16,7%.

Todos os segmentos pesquisados somados, concordam parcialmente perfazendo um total de 70%, refletindo na distância entre as ações do governo e as necessidades sociais.

Sobre o conhecimento das formas de participação que permitem o usufruto do direito a participação junto ao poder público, 34% discordaram da afirmativa. As associações têm uma concordância parcial de 66,7%, enquanto 41,7% dos profissionais liberais e micro empresas discordam, demonstrando um desconhecimento dos mecanismos de participação, mesmo analisando os outros segmentos.

Na questão que versou sobre a gestão compartilhada ser uma ameaça ao poder, 45,3% discordam no sentido amplo da questão. Ainda, se considerada a realidade da cidade, verifica-se que os profissionais liberais e as pequenas empresas se dividem na opinião em percentuais iguais, perfazendo (41,7%).

Sobre a gestão participativa ser uma ameaça ao poder, verificou-se que no segmento de pousadas, 37,5% consideraram uma ameaça ao poder.

Somente o segmento das associações discorda, mas através de depoimentos esclareceram que a pergunta foi interpretada como se fosse o ideal, e isso interferiu na resposta.

Os participantes de associações discordaram de ser uma ameaça em 83,3%, porque percebem que estão mais perto da gestão pública fazendo com que a percebessem de forma diferenciada e aberta.

Os profissionais liberais se dividem quanto a concordância de que a participação é uma ameaça ao poder. Eles ainda salientam que existe pouco conhecimento do conceito de participação e que, muitas vezes, a população é chamada para referendar as decisões já tomadas, já que, seguindo esse modelo, não se constitui uma ameaça ao poder, no entanto, tão pouco significa uma participação efetiva.

Os funcionários públicos em 60%, exercendo cargos na Prefeitura ou empresas públicas negam essa postura e, em declaração na entrevista, esclarecem que a gestão pública é democrática e participativa e é efetuada como um apoio que não só melhora, mas que também é bem aceito no âmbito do governo. No entanto, afirmam que a prática não corresponde à necessidade da população quanto à partilha de poder.

7. Conclusão

Os dados apresentados nesta pesquisa demonstram que a gestão pública da cidade de Lençóis-Bahia-Brasil necessita promover modificações no modelo de gestão, incentivando a participação popular como ferramenta para tornar a cidade criativa, tendo por base aspectos da segurança, funcionalidade, sustentabilidade, conexões e vida sociocultural que consolide os anseios sociais.

Lençóis, por suas características históricas, arquitetônicas e culturais, e percurso político, poderia contar com uma gestão pública propulsora de desenvolvimento, incentivando a participação popular. Por se tratar de uma cidade com vocação para a cultura e os eventos, que conta com um festival de inverno que ganha força a cada ano, festas religiosas, artesanato, variedade gastronômica e atrativos naturais conhecidos nacionalmente e internacionalmente, poderia se tornar um centro cultural voltado para a consolidação de lançamento de grandes talentos, devendo investir nesses setores de forma planejada e articulada.

Aplicando-se à legislação das políticas de base local, investindo em setores criativos diversos, proporcionará mais conhecimento, renda e empregos, promovendo inclusão da comunidade na cultura e na economia, gerando um desenvolvimento mais sustentável.

A questão é como desenvolver ações e projetos para a consolidação de uma cidade criativa quando a gestão de Lençóis é comprovadamente fechada à participação popular nas decisões de governo, como demonstra a pesquisa apresentada.

O perfil encontrado até 2008, em Lençóis, demonstra que a comunidade não se sente membro ativo, sua participação na tomada de decisão é frágil, já que só são convocados à participação quando precisam referendar alguma decisão já tomada, caso contrário não usufruem do direito de voz e voto.

Outra problema é o desconhecimento da comunidade dos mecanismos de participação, bem como da legislação, dificultando uma ação mais efetiva da população que termina por não exercer sua cidadania e seu direito.

Percebe-se também que as instituições, ong's e associações, etc, são desarticuladas e enfraquecem na reivindicação dos direitos frente à gestão vigente, perdendo assim, a oportunidade de projetos e programas que geram melhorias significativas na comunidade e promovem um desenvolvimento sustentável e uma elevação significativa na qualidade de vida.

Outro fator é que o governo considera a gestão participativa uma ameaça ao poder e as políticas propulsoras de desenvolvimento são definidas de forma fechada sem a opinião ou votação da população.

Transformar o modelo verticalizado, excludente e pouco técnico em uma gestão empreendedora de novas idéias e desafios deve ser a nova temática a ser contruída e instituída pelo governo para a transformação em uma cidade criativa.

As constantes discontinuidades das ações baseadas nas políticas públicas com o revezamento temporal de 4 anos de mandato declaram a falta de estratégias políticas sustentáveis que permitem que a sociedade civil assuma a liderança em determinadas situações promovendo mudanças necessárias porque obriga o governo a aceitar determinadas decisões sob pressão, não por ser partilhada, discutida e amadurecida.

Claramente a gestão aqui entendida como pacto social tem que desenvolver uma estratégia de longo prazo para promover a sustentabilidade e a construção de uma cidade criativa na qual todos, ou pelo menos sua maioria, concordem que a cidade está no caminho para alcançar um sonho almejado coletivamente de se tornar uma cidade criativa, sendo um desejo e inspiração coletiva.

Além disso, cumprir os requisitos de vitalidade, melhorando a habitação, o trabalho, incentivando a aplicação de normas, valorizando os valores humanos, fortalecendo a identidade da comunidade, torna-se um grande desafio para uma gestão criativa, assim como, construir estratégias que torne a cidade competitiva, melhorando a qualidade de vida, sustentabilidade e garantindo vínculos fortes identitários da cultura.

Tais aspectos, enquanto objetivos principais do conceito de criatividade identificado nesse artigo, terminam por refletir e fortalecer os processos sociais, combatendo as dificuldades da vida humana.

Lençóis com sua beleza natural, histórica e cultural desconhece os atrativos que tem e usufrui pouco da capacidade de “sedução” para ser um lugar especial, já que conta com turistas, moradores e visitantes que se encantam com sua beleza.

Então, tornar Lençóis uma cidade criativa requer a promoção de um conjunto diversificado de pequenas atividades, incentivando a arte local, o surgimento de espaços culturais, de grupos musicais, espaços especiais para esportes e atividades de socialização, por meio dos quais a cidade se tornaria menos agressiva, marginal, excludente e desnutrida de sentido para os que nela residem. A cidade, assim, tornar-se-ia um espaço catalisador de sonhos conjuntos, onde a cultura se perpetuaria, sendo um dos aspectos relevantes da economia criativa.

É necessário o rejuvenescimento do município, sem perder sua historicidade, através de projetos icônicos e significativos, que não obscureçam pequenos projetos, mas sim que revitalizem a cidade elevando sua competitividade frente a outras opções culturais e turísticas, tornando-a mais criativa.

Com esse perfil, os diversos segmentos possibilitaria uma circulação financeira e cultural que promova o desenvolvimento da comunidade, gerando emprego, renda, melhoria na educação e saúde, promovendo a inserção social dos menos favorecidos, já que estes poderiam usufruir de uma cidade gerida de forma igualitária, criativa e humana para todos os cidadãos, com decisões tomadas em conjunto com a comunidade através da abertura política à gestão participativa. Somente garantindo o livre e justo exercício da cidadania e decisões sustentáveis para o futuro almejado pela comunidade, poderemos consolidar cidades criativas.

Referência

Amaral Filho, J.A (1999). *Endogenização no desenvolvimento econômico regional*. Fortaleza, s.d.(Mimeo).

Barreto, Luiz (2011). Economia criativa: potencial a explorar. *In: Cidades Criativas-Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions.

Boisier, S (1992). *El difícil arte de hacer región: las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional: conceptos, problemas y métodos*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas.

Buarque, Sérgio C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond.

Costa, P; Vasconcelos, B. e Sugahara, G (2007). *O meio urbano e a gênese da Criatividade nas atividades culturais: Recrear e valorizar o território*. Actas do 13º congresso da APDR, Açores, 5-7. Coimbra : APDR

Reis. Ana Carla C (org.) (2011) *Cidades Criativas-Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions.

Seixas, João; Costa , Pedro (2011), “Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares”, *Caderno metropolitano*, 13 (25), 69-92. Consultado a 13.03.2012, em http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/JoaoSeixas_2011_n1.pdf.

Seixas, João (2008) . *A criatividade urbana: sua relação com a qualificação, a competitividade e a vitalidade das cidades; sua relação com a governança urbana e a política das cidades*. Documento de trabalho interno à equipa Creatcity, policopiado.

IBGE (2010), *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Página consultada a 19. 10. 2004, em [http:// www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/).

Landry, Charles (2011). Cidades Criativas: a história de um conceito. *In: Cidades Criativas-Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions.

Senna, Ronaldo de Salles (1996). *Lençóis: um estudo diagnóstico*. Feira de Santana: UEFS.